

## RAZÃO, SENTIMENTO E GUILHOTINA

**João Ribeiro Junior**

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

“Vivemos em uma época muito singular, e em meio de contrastes assombrosos: de uma parte, a razão; de outra, o mais absurdo fanatismo... salve-se quem puder.”

**Voltaire**

### A HISTÓRIA CRIA O MITO

A História cria o Mito, e o Mito, por sua vez, pode criar a História. A Revolução francesa não terminou ao iniciar-se o século XIX. Vive ainda na consciência humana como a mais profunda e eficiente de todas as crises sociais e políticas. Na realidade, nenhum outro acontecimento dominou e domina os séculos XIX e XX, de uma maneira tão decidida. Duzentos anos depois, seus ideais ainda têm plena vigência e seu lema continua sendo grito de combate: **Liberdade, Igualdade, Fraternidade**. Idéias susceptíveis de seduzir povos destituídos de convicções precisas e sujeitos ao despotismo dos seus senhores.

O acontecimento revolucionário forma, agora parte do Mito. A confusão, os conflitos e as surpresas dos anos revolucionários, com o tempo, simplificaram-se e se idealizaram. Hoje, o mito substituiu a História, e a Revolução se constituiu em Símbolo.

A História começa tendo como pano-de-fundo a disparidade entre a realidade econômica e as fórmulas políticas; entre a importância da burguesia na produção e posse da riqueza e sua exclusão do poder governamental. A burguesia tinha alta consciência de sua capacidade e ressentia-se de sua marginalização.

Os Enciclopedistas, e entre eles, principalmente, Diderot e D'Alembert, contribuem, em grande parte, para o progresso cultural, preparando intelectualmente a burguesia, que se deleitava nas doutrinas igualitárias de Locke, Voltaire, Montesquieu, Raynal, Mably e Jean-Jacques Rousseau.

A situação econômica complicou-se às vésperas da Revolução; o gasto público excessivo engendrou déficits crônicos, o que determinou um aumento geral de impostos, que foram recair sobre o **Terceiro Estado** (95% da população, dividida em burguesia, favorecida pelo desenvolvimento do Mercantilismo; artesãos, embrião do proletariado industrial; e camponeses, ainda ligados às formas jurídicas feudais). Aliás, Luís XV já tinha previsto esta bancarrota do Estado com a famosa frase: "Depois de nós, o dilúvio!"

A 4 de maio de 1789, foram convocados os **Estados Gerais**, que não tinham sido reunidos desde a época de Richelieu (1614), para encontrar os meios e os recursos necessários que debelassem a crise financeira. A 16 de junho, os deputados do **Terceiro Estado** constituíram-se, ilegalmente, em Assembléia Nacional, com poderes fiscais; sendo eleito presidente o astrônomo Bailly. Como ato revolucionário oposto ao direito do rei de dissolver a Assembléia quando quisesse, os deputados juraram não se separarem antes que a França tivesse uma Constituição. Esse juramento passou para a história com o nome de "**Juramento do Jôgo da Péla**" (**Jeude Paume**), por ter sido feito na sala deste nome no Palácio de Versalhes. (Os deputados da Assembléia Nacional reuniam-se, habitualmente, na Sala dos Menus, no mesmo palácio). Conta-se que foi neste momento, quando o Mestre de Cerimônias, Marquês de Brézé convidava os deputados a se retirarem, obedecendo à vontade do rei, que Mirabeau respondeu: "Ide dizer àqueles que vos enviam que estamos aqui pela vontade do povo e que não sairemos senão pela força das baionetas".

O entusiasmo pela iniciativa e atitude do **Terceiro Estado**, de acordo com as idéias de liberdade e igualdade social, já longamente preparada pela ironia de Voltaire, o sentimentalismo de Rousseau e a filosofia dos Enciclopedistas, achou nessa ocasião um terreno propício. A própria nobreza e o clero sentiram-se mal na recusa e abstenção, e vários representantes destas duas ordens aristocratas passaram a formar ao lado do **Terceiro Estado**. Tais foram o Duque de Orléans, Felipe Egalité, apelido que agradava o populacho das ruas; o Marquês de Lafayette, herói da independência norte-americana, e incansável amante dos elogios; o Bispo Talleyrand, cético e sem escrúpulos; o perspicaz racionalista, "padre Sieyès, tão pouco padre", autor do livro **Qu'est-ce que le Tiers État?**; e acima de todos esses convertidos de última hora, o grande orador e libertino, o Conde de Mirabeau.

Para evitar a catástrofe, ante a anarquia e os levantes dos camponeses em toda a França, os deputados da Assembléia Nacional deliberaram transformá-la em Assembléia Constituinte. Enquanto isso, a 14 de julho, chusma densa de inqualificáveis com caras patibulares, armada de cacetetes, chuços e foices, esfarrapada, sinistra, apossara-se da Bastilha, fortaleza-prisão estatal, construída por Carlos V (1364). A cabeça do go-

vernador De Launay foi passeada na ponta de uma lança; soldados suíços e alguns guardas inválidos foram chacinados; a cela, que o Marquês de Sade ocupou, foi pilhada, os seiscentos volumes que continha foram destruídos. E no entanto, havia anos que a maior parte das celas se encontrava vazia; neste dia, havia apenas sete pessoas, sem importância política.

A Bastilha era uma prisão provisória para pessoas de distinção ou de qualquer notoriedade, que para lá eram conduzidas através das **lettres de cachet** (ordens secretas). Sua demolição já tinha sido decidida; o arquiteto Colbert havia traçado os planos de uma Praça Luís XVI, que substituiria o dramático edifício medieval.

O valor prático da Bastilha, portanto, era escasso, mas sua importância simbólica era enorme. Havia sido desafiada a autoridade real, e não pela burguesia, mas pelo povo.

A intervenção do povo francês tem provocado a respeitosa admiração de muitos historiadores da Revolução. Na verdade, não foi o povo quem participou da tomada da Bastilha e da invasão das Tulherias, etc., porém, uma massa amorfa, um aglomerado mecânico de indivíduos, uma turba fanática, comandada por alguns demagogos e agitadores, que eram, por sua vez dirigidos pelos Clubes revolucionários, que exerciam uma vigilância ativa sobre os assuntos locais, estimulavam as autoridades, reprimiam os moderados e denunciavam os aristocratas. A turba tem sempre a opinião dos seus chefes, que jamais levam em consideração o dogma da **soberania popular** tão do agrado do sensível e romântico por natureza, Jean-Jacques Rousseau.

Durante a noite de 4 para 5 de agosto — enquanto um sentimento de ansiedade (“**Grande Medo**”) se propagava pelo país —, votou-se a anulação dos privilégios dos nobres e senhores de terras, das corporações, das províncias e das cidades. E no dia 26, os deputados assinaram a **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**, inspirada no **Virginia Bill of Rights**, de Thomas Jefferson, cujo texto serve de prefácio à Constituição francesa de 1791, mas que não passou de simples manifestação teórica dos sentimentos da Assembléia, sem efeito jurídico. Se valor, diferente da declaração feita pelos norte-americanos em sua Constituição, não teve outro efeito além de ser uma profissão de princípios. A própria Constituição francesa, de caráter democrático e referendo legislativo, inspirada no modelo de Jean-Jacques Rousseau, era, na opinião do historiador H. Taine, “a anarquia espontânea feita anarquia legal”.

A **Declaração de Direitos** começava por declarar a **liberdade** e a **igualdade**; no entanto, o objetivo não consistia em abolir a **desigualdade**, pois neste caso não poderia se afirmar que a propriedade era natural, inalienável, sagrada e inviolável —, senão em abolir as desigualdades derivadas do privilégio, de acordo com os ensinamentos de Rousseau.

O pensamento de Rousseau é, neste sentido, radical: não só a liberdade deve ser respeitada e garantida pela autoridade, mas também ela é, além disso, a origem primeira da autoridade e deve confundir-se com ela.

Para ele, a propriedade privada uniu-se à dominação política e, assim, pelo predomínio de certas pessoas, um regime artificioso de desigualdade estabeleceu entre os homens uma relação recíproca de dependência, contrária aos princípios naturais de seu ser.

Mas Rousseau entende, também, que a liberdade natural é compatível com a desigualdade natural ou física, pois esta é obra da própria natureza e abrange as diferenças de idade, de saúde, de forças do corpo e de qualidade da alma ou do espírito; o que não se coaduna com a liberdade natural é a desigualdade moral e política, constituindo nos vários privilégios de que gozam alguns, com prejuízo dos demais; como sejam, o privilégio de ser mais rico, mais poderoso do que os outros, ou até o de ser por estes obedecido. Esta desigualdade moral é incompatível com a liberdade natural e nem é obra da natureza, mas de uma espécie de convenção estabelecida, ou pelo menos autorizada, pelo consentimento dos homens.

E conclui que não pode haver, no estado natural, privilégio de uns em detrimento de outros. Até o privilégio da superioridade em força física, único cabível em tal estado, não pode prejudicar os mais fracos, que, facilmente, podem fugir e proteger-se. A lei do mais forte, aliás só pode eficazmente funcionar quando um homem precisa do outro; o que não ocorre no estado natural, em que cada indivíduo se basta a si mesmo para satisfazer às exigências elementares da vida, nem está em busca de facilidades ou comodidades supérfluas, que tornam os homens ambiciosos e interesseiros, e assim, dispostos a se tornarem escravos uns dos outros e sacrificarem a liberdade natural à satisfação das ambições e dos interesses.

Partindo do princípio de que no homem, autoconservação não abrange apenas o ser, o bem estar biológico, senão, também, a manutenção da qualidade específica do homem, consistindo no dom moral e natural da liberdade e da conseqüente igualdade entre os homens; donde a regra do direito natural, que não tendo nenhum homem autoridade natural sobre os semelhantes, não sendo a força produto do direito, toda sociedade e toda autoridade legítima devem repousar em convenções ou mútuos engagements, respeitando a liberdade e a igualdade naturais das partes contrárias, — Jean-Jacques Rousseau com seu **Contrato Social** foi buscar a resolução do problema prático lançado no **Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens**.

Foram estes os ideais sociais que os deputados da Assembléia Constituinte identificaram na **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão** com o interesse de toda a humanidade. Du Port, um dos mais notáveis deputados burgueses, dizia que ela serviria de modelo a todos os homens e a todas as nações.

A Assembléa Constituinte, que havia realizado grandes reformas: a extinção da nobreza, o estabelecimento da Guarda Nacional, a abolição das torturas, das ordens secretas e de outras medidas opressivas ou antipáticas ao povo francês, — dissolveu-se, a seguir, legando o trabalho à Assembléa Legislativa. Foi nesta que começaram a definir-se os partidos, nomeadamente três facções que disputavam o poder: os **Feuillants** (frades bernardos), monarquistas constitucionais, que, por reunirem-se no convento desses frades, tornaram-se conhecidos por aquela denominação. Eles tinham a seu lado a Guarda Nacional e os funcionários do Estado; os **Girondinos**, republicanos moderados, ligados à burguesia mercantil e portuária; e os da **Montanha** (assim chamados porque sentavam nos lugares mais altos da Câmara), composta de radicais, apoiados pelos **sans-culottes** (artesãos e operários), que se converteram, na mitologia da Revolução, nos representantes idealizados de todas as virtudes revolucionárias; e pela **Comuna Revolucionária**, que assume seguidamente o papel de um órgão autoritário do poder do povo. Robespierre e Marat tornaram-se os seus chefes notórios. Muitos de seus membros pertenciam ao **Clube Jacobino** (nome do antigo convento dos dominicanos, onde se reuniam, à rua St. Jacques (Jacobus), e ao **Cordeliers** (nome do mosteiro franciscano, onde realizavam suas reuniões).

“Os historiadores burgueses vêem no jacobinismo uma decadência... os historiadores do proletariado vêem nele um dos mais altos cumes atingidos pela classe oprimida na luta pela sua emancipação”, escrevia Lênin. Seja como for, o **Clube Jacobino**, com seus fanáticos reacionários, resolveu os principais problemas que se apresentavam à Revolução, que até então a burguesia dos partidos **Feuillants** e **Gerondino** não soubera nem quisera resolver.

Por sua vez, a Assembléa Legislativa cedeu lugar à Convenção Nacional, porque não pôde dominar Paris. Necessitavam-se duas coisas para isto: assegurar a provisão de alimentos e vencer a Comuna revolucionária, que era acusada de desorganizar o país e de cometer todo o gênero de abusos. A Assembléa Legislativa não conseguiu nenhuma destas duas coisas.

Houve três Convenções: da **Gironda** (1792-1793), que levou Luís XVI à guilhotina, apesar de não querer derrubar a monarquia, mas apenas controlá-la; a da **Montanha** (1793-1794), que decretou a morte do grupo **Girondino**, instigada por Marat e seus **sans-culottes**; e a **Termidoriana** (julho de 1794-setembro de 1795), controlada pelos deputados do centro (**Planície**), que destruiu a máquina da ditadura revolucionária jacobina.

A morte de Luís XVI (21 de janeiro de 1793) causou escândalo aos governos dos Estados da Europa, provocando, assim, uma aliança de quase todos eles contra a França. Em Paris, naquele dia, “toda a gente caminhava lentamente, mal ousando entreolhar-se”, dirá mais tarde uma

testemunha. Foi necessário cair a cabeça do monarca para que a França despertasse do sentimentalismo revolucionário, e compreendesse verdadeiramente a gravidade do ato que acabava de se realizar.

Neste momento, três homens se destacam: Jean-Paul Marat, feroz e sangüinário, perseguido por delírio de grandeza e por idéias fixas, redator do **Ami du People**, órgão militante da ação revolucionária; Georges Jacques Danton, impulsivo e violento, mas político esclarecido e decidido a fraternizar com todos os violentos radicais em que ele via o futuro da Revolução; e Maximilien François Marie Isidore de Robespierre, chamado "o incorruptível", mas medíocre, hipócrita, superficial e vaidoso. O fatalismo de Robespierre triunfou dos esforços conciliatórios de Danton.

Em 11 de março de 1793 é criado o **Tribunal Revolucionário** por proposta de Danton. Em 6 de abril, institui-se o **Comitê de Salvação Pública**, por inspiração de Robespierre, mas presidido por Danton. E, finalmente, a 10 de outubro começa o **Terror**. O **Terror** não deve ser considerado como um simples meio de defesa, mas como processo geral de destruição de que sempre fizeram uso os triunfantes com relação a inimigos detestados.

A idéia de violência estava em primeiro plano. No século XVIII, conhecia-se, desde logo, o papel formal e informal da violência na sociedade. A novidade da violência revolucionária consistia na sua institucionalização a serviço de uma mudança política.

E qual foi a reação do povo diante dessa matança indiscriminada?

Talvez, no início, de espanto; depois habitou-se com o monótono som seco da lâmina ensanguentada, e o barulho oco de cabeças caindo no cesto.

Pelo fato de o sangue estar correndo pelas ruas, deixará acaso o Sena de correr sob os arcos da Pont Royal?

De 24 de março a 27 de julho de 1794, a Revolução começa a devorar seus principais chefes: radicais, como Hebert e seus seguidores; moderados, como Danton e Desmoulins, e, finalmente, Robespierre e seus partidários, entre os quais Saint-Just. Marat já tinha sido eliminado um ano antes pelas mãos da jovem Carlota Corday.

O poder, agora, está com os deputados centristas (**Planície**) da Convenção Termidoriana, que, drasticamente sufoca os "motins da fome", e instala o terrorismo contrarrevolucionário, com a execução dos radicais da **Montanha** e da **Comuna de Paris**. Todos os órgãos da ditadura revolucionária jacobina foram destruídos.

É promulgada a **Constituição do ano III**, com um executivo fraco, composto de um **Diretório**, de cinco membros; legislativo, com duas

Câmaras: **Conselho dos Anciãos**, de 250 membros; e **Conselho dos Quinhentos**; e sufrágio censitário indireto, eliminando, de vez, a participação popular nas decisões políticas.

O tempo como que volta para trás. A oligarquia, novamente, alcança seus objetivos sócio-econômicos; há o ressurgimento das crises econômicas e financeiras; e os especuladores, intermediários, agiotas e a ladroagem de alto coturno voltam a embolsar lucros enormes.

Em 1797, como derradeira tentativa para se recuperar o espírito da Revolução, Babeuf, chefe dos **Iguais**, tenta um ataque relâmpago para tomar o poder, mas é preso e guilhotinado. De qualquer forma este simples episódio modificou o equilíbrio político. Pela primeira vez a idéia comunista tornara-se uma força política na história.

O **Diretório**, contudo, por discordias internas não se tornou popular, acabando por dissolver-se, sendo então organizado um **Consulado**, sob a aparência republicana, mas cujo poder, quase absoluto, estava nas mãos do primeiro cônsul.

Dez anos depois da queda da Bastilha, a 9 de novembro de 1799 (18 brumário, ano VIII), com a ajuda de militares, Napoleão Bonaparte nomeia-se primeiro cônsul, preparando o advento do Império napoleônico hereditário, seguido de uma restauração da Côrte e do cerimonial idêntico da Corte de **Ancien Régime**.

O Golpe de 18 brumário, todavia, representou um novo começo: o do Estado Moderno, que se caracteriza por uma poderosa estrutura administrativa, que se estende por todo país e torna onipresente a vontade do poder central.

## A REVOLUÇÃO FRANCESA COMO SÍMBOLO

Com a Revolução, entidades abstratas, como a **Razão** e o **Sentimento**, eco das elocubrações de Jean-Jacques Rousseau e dos Enciclopedistas, que até então pareciam governar a França, cederam lugar às mais violentas paixões pessoais. Foi devido a essas paixões, em que confusamente resolveram-se tendências políticas orientadas para a defesa das conquistas populares, que surgiu a lúgubre símbolo da Revolução: a guilhotina, cuja invenção se atribui erroneamente ao Dr. Guillotin.

Antes era privilégio da nobreza ser executado por decapitação a espada ou a machado. Agora, havia **igualdade** frente ao carrasco. As execuções durante a Revolução francesa não se aplicaram unicamente em membros da aristocracia e do clero, pois foram guilhotinados 4.000 camponeses e 3.000 operários. Em toda França, oficialmente, houve

17.000 guilhotinados, para gáudio das **tricoteuses** (mulheres que tricotavam ao pé da guilhotina). Provavelmente a única faixa social que conseguiu divertir-se com o **Terror**.

Ademais, a guilhotina, pela simplicidade de seu mecanismo, era rápida; e de qualquer maneira, estava de acordo com as idéias de Rousseau, para quem só existe **liberdade na igualdade**, e na aceitação da **vontade geral**, nem sempre idêntica a vontade de todos (isto é, soma das vontades particulares e egoístas) e que, às vezes, pode ser ostentada por uma minoria em sua representação da totalidade.

Mas, a França, com a guilhotina, colocou o sentimento acima da razão. Isto porque se a origem de uma revolução é, por vezes, racional, as razões invocadas para prepará-la só atuam nas multidões depois de serem transformadas em sentimento. E ao se exaltar o sentimento, propicia-se a liberação dos instintos recalçados, do sentimento reprimido dos indivíduos e das classes oprimidos.

Seja como for, o verdadeiro papel da Revolução francesa foi simbólico; determinou outros acontecimentos ao abrigar os homens a reconhecerem conseqüências de grande alcance. A tomada da Bastilha, por exemplo, deu confiança ao **Terceiro Estado**, ainda inseguro e desconhecedor do apoio que podia conseguir, para opor-se ao rei. Depois de 14 de julho, Luís XVI, ao menos tinha que pensar duas vezes antes de empregar a força armada contra os deputados; e o mais provável seria que jamais o fizesse.

Em uma perspectiva mais ampla, há ainda muitas coisas implícitas no simbolismo da Revolução. Na primavera de 1789, tanto nobres como plebeus haviam pedido a destruição da Bastilha. Agora era evidente que se tinha frustrado a opressão e derrotado o despotismo; naquele momento podia tratar-se do despotismo monárquico, mas ao fim desse acontecimento veio significar a queda de todo um sistema, cuja destruição e transformação requereria anos de legislação e guerras.

A tomada da Bastilha continua sendo, com razão, o símbolo principal da Revolução francesa, por que naquele momento histórico foi reconhecida como tal.

A Revolução francesa é, assim, um símbolo que distorce e, ao mesmo tempo, simplifica. O mesmo que ocorre com o mito que implica a expressão "**Revolução Francesa**". Ainda simplificada ao máximo, conota-se nesta expressão um processo que se estende desde a convocação dos **Estados Gerais**, em 1789, até a derrocada, em 1815, do Império napoleônico, que consolidou tantas mudanças entre os anos intermediários, e tanto fez por defender a Revolução fora da França.

Devido ao seu simbolismo, alguns historiadores foram buscar o início da Revolução antes de 1789; e outros, seu prolongamento até 1848, ou mesmo 1870/1871 com as insurreições da Comuna de Paris.

Ao lado desta problemática existem outras mais complexas e paradoxais. Por exemplo, Chateaubriand, que pertencia a nobreza bretã, afirmava que foram os nobres quem iniciaram a Revolução. Para corroborar esta afirmação, alegava que cerca de 90 a 100 nobres não emigraram, permanecendo na França durante os piores momentos do reinado do **Terror**.

Por outro lado, o campesinato (qualquer que seja o significado que se atribua a este termo simples e equívoco), que se supõe fosse a maioria dos franceses em 1789, também é colocado como responsável direto pelo início da Revolução. Sabe-se que os camponeses queimaram mansões e castelos de seus senhores, saquearam seus campos e estruparam suas esposas e filhas. Porém, estes atos violentos, que teriam muito maior importância que a tomada da Bastilha, para determinar os acontecimentos de 1789, seriam simples movimento espontâneo de uma classe frente a uma determinada situação econômico-social, sem nenhuma organização centralizada, que justificasse a tomada do poder.

Quase nunca se tem em conta que, naquele momento, esses camponeses não buscavam o progresso social e econômico, senão a vingança para apaziguar suas vidas frustradas e amarguradas, esmagando os pretensos inimigos. A amargura e o ressentimento desta classe são atribuídos, pelo menos em parte, à irônica consciência da indiferença dos aristocratas ante seu apuro. Mais tarde, os camponeses se revelaram como o baluarte mais conservador da França.

Um último exemplo da complexidade do simbolismo da Revolução francesa é dado pelo destino da Monarquia. A proclamação da República, em 22 de setembro de 1792, foi um grande acontecimento, considerado como a justificativa da essência da Revolução. Contudo, isto não fora previsto, quando se convocaram os **Estados Gerais**. A implantação da República se deveu, na realidade, ao fracasso dos esforços da Coroa para levar a cabo muitas dessas mesmas reformas que o governo revolucionário, e mais tarde, o napoleônico, retiraram do bolso do colete do **Ancien Régime** para colocá-las em prática em nome da nova ordem.

## PARA CONCLUIR: A IRONIA DA REVOLUÇÃO FRANCESA

Com uma perspectiva de 200 anos, podemos afirmar hoje que a Revolução francesa eclodiu não tanto pela miséria, pela fome, pelo descontentamento do povo, mas devido a riqueza ameaçada da burguesia, principalmente nas crises industrial, financeira e agrária de 1787-1789. Obra da burguesia, a Revolução redondou em proveito dela. O povo, em nome da qual ela foi feita, reclamou sua parte e obteve-a limitada; desejou-a completa, e a perdeu.

Nascida da **Razão** e do **Sentimento**, a Revolução francesa foi irracional e apaixonante. O impacto na mentalidade europeia foi de tal modo que durante dois séculos homens ainda falam de "**A Revolução**", e com ela não se referem aos acontecimentos cronologicamente determinados de nenhum período, seja qual fôra a amplitude com que se assinalaram seus limites, senão a uma força independente desencadeada pelos acontecimentos da França, e que sobrevoa ainda a vida pública da Europa e das Américas como uma ave de rapina; ou, para um número mais reduzido, mas crescente de fanáticos reacionários, como um anjo vingador, pois a história da Revolução francesa sempre foi fomentada de ambos os lados das barricadas de todas as revoluções.

Enfim, a Revolução Francesa, depois de tudo, não foi o espectro terrível e sangüinário, imaginado por tantos europeus desde a execução de Luís XVI, nem o evangelho puro, cauterizante e purificador, proclamado por tantos revolucionários. A política revolucionária resultou ser muito similar a outras políticas: um emaranhado de demandas e interesses conflitivos, mas com uma distribuição de papéis muito mais ampla no palco do poder.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução em França**. Brasília, Ed. Universidade de Brasília. Trad. Renato de A. Faria e outros. 1982.
- CANETTI, Elias. **Massa e Poder**. SP. Ed. Universidade de Brasília/Melhoramentos. Trad. Rodolfo Krestan. 1983.
- CARLYLE, Thomas. **História da Revolução Francesa**. SP. Ed. Melhoramentos. Trad. Antonio Ruas, 2 ed. 1961.
- DURANT, Will e Ariel. **Rousseau e a Revolução**. Rio, Ed. Record. Trad. Gabriella de Mendonça Taylor. s/d.
- GÉRARD, Alice. **A Revolução Francesa (Mitos e Interpretações)**, SP. Ed. Perspectiva. Trad. Sergio de Almeida. s/d.
- GODECHOT, Jacques. **Las Revoluciones (1770-1799)**. Barcelona. Ed. Labor. Trad. Pedro Jofre. 1969.
- HAMPSON, Norman. **A Primeira Revolução Europeia**. Lisboa, Ed. Verbo, 1969.
- HOBBSAWN, Eric J. **A Era das Revoluções (1789-1848)**. Rio. Ed. Paz e Terra. Trad. Maria Tereza Teixeira. 1977.
- LE BON, Gustave. **A Revolução Francesa e a Psicologia das Revoluções**. Rio, Livraria Garnier, 1922.

- LEFEBVRE, Georges. **A Revolução Francesa**. SP. Ibrasa. Trad. Ely Pati, 1966.
- MOORE JÚNIOR, Barrington. **As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia**. Lisboa. Ed. Cosmos. Trad. Maria L. F. Couto, 1975.
- ROBIQUET, Jean. **A Vida Quotidiana no Tempo da Revolução Francesa**. Lisboa, Ed. "Livros do Brasil", Trad. Augusto da Costa, s/d.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens**. Porto Alegre, Ed. Globo. Trad. Lourdes S. Machado. 1962.
- **Do Contrato Social**. Porto Alegre. Ed. Globo. Trad. Lourdes S. Machado. 1962.
- SOBOUL, Albert. **História da Revolução Francesa**. Rio, Zahar Ed. Trad. Hélio Polvora, 2 ed., 1974.